



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O ESTADO NOVO NOS LIVROS DIDÁTICOS: UM OLHAR A PARTIR DAS COLEÇÕES DO PNLD 2015

Autor (Mônica Porto Apenburg Trindade); Orientador (Dilton Cândido Santos Maynard)

(Universidade Federal de Sergipe; e-mail: apenburg@getempo.org)

Resumo: A proposta do nosso trabalho consiste em analisar as abordagens conferidas ao Estado Novo, nos livros didáticos brasileiros de História do Ensino Médio, a partir das três coleções mais distribuídas do Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) 2015. Para tanto, verificamos como a historiografia brasileira examinou o Estado Novo na segunda metade do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, na tentativa de compreender as transformações ocorridas quanto às perspectivas de estudos sobre essa fase. Além disso, procuramos apresentar sinteticamente o que vem a ser o PNLD, buscando também observar, ainda de forma preliminar, como essas coleções foram estruturadas e como o período estadonovista foi descrito nelas.

Palavras-Chave: Educação, Estado Novo, Livro Didático, PNLD.

INTRODUÇÃO

O presente artigo, resulta como parte da nossa dissertação de mestrado, ainda em andamento, do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Nosso objetivo geral é analisar as abordagens conferidas ao Estado Novo nos livros didáticos brasileiros de História do Ensino Médio, partindo das principais coleções constantes no Guia Nacional dos Livros Didáticos (PNLD) em sua versão 2015. Momento singular da vida nacional, o Estado Novo tem sido estudado com inegável vigor nas universidades brasileiras. Mas como os resultados destas pesquisas tem chegado às coleções didáticas? O quanto do conhecimento produzido nos muitos cursos de História, seja na graduação, seja na pós-graduação, tem sido incorporado nos livros que chegam aos alunos do Ensino Médio nas nossas escolas públicas? É diante deste questionamento que a nossa investigação ganha sentido.

A relevância da história enquanto campo científico, concerne em investigar as ações humanas, dentro da categoria tempo, problematizando-as, suscitando hipóteses e elaborando sugestões. Os indivíduos estão presentes em todos os atos, seja interagindo entre si, ou na natureza. A partir disto, a história entra em cena como um instrumento de compreensão dessas intervenções, das mudanças ocorridas através delas e de suas consequências. Segundo Marc Bloch: “Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que a criaram, são os homens que a história quer capturar” (BLOCH, 2001, p.54).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Sendo um conhecimento dos homens de acordo com seu tempo, a história trabalha com as relações entre passado e presente, sem necessariamente ter que promover um estudo nessa ordem, linearmente. Isso explica-se primeiramente, pelo motivo de nem sempre os fatos ocorridos no passado servirem como resposta às questões do presente e em segundo lugar, devido a própria noção do que venha a ser o presente. Bloch entende este último, como algo efêmero e fugaz: “O que é, com efeito, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória” (2001, p.60).

Diante disso, Marc Bloch encara a história não como ciência do passado, advertindo quanto à necessidade de um diálogo entre os tempos percebendo nas “origens e filiações”, elementos constitutivos de uma compreensão histórica mais ampla e não como fatores determinantes dela. Logo, a narrativa histórica pode ser exposta de forma descontínua, ou mesmo de maneira retrógrada.

Já Michel de Certeau, por exemplo, não descarta a cronologia como caminho para a narrativa histórica, mas procura afastar-se de certa linearidade nesse exercício. Isso acontece porque em um mesmo período, existem vários cortes, múltiplos fatos que impedem a sequência dos acontecimentos sem que haja rupturas, desmembramentos e desacelerações. Certeau deixou bem claro que:

A cronologia indica um segundo aspecto do serviço que o tempo presta à história. Ela é a condição de possibilidade do recorte em períodos. Mas (no sentido geométrico) rebate, sobre o texto, a imagem invertida do tempo que, na pesquisa, vai do presente ao passado. Segue seu rastro pelo reverso. A exposição histórica supõe a escolha de um novo “espaço vetorial” que transforma o sentido do percurso do vetor tempo e inverte sua orientação. Somente esta inversão parece tornar possível a articulação da prática com a escrita (CERTEAU, 1982, p.93).

Assim, preso aos homens, na tentativa de “unir o estudo dos mortos ao dos vivos,” produzindo assim uma narrativa, o historiador se depara ainda com alguns dilemas do seu ofício, entre eles, a própria subjetividade, ou os “interesses da história”. É correto afirmar que a história não é um campo do saber desprovido de interesses e que seu “fiel escudeiro”, o historiador, trabalha de forma ingênua. Este profissional atua através de escolhas, escreve a partir delas, manipula fatos, fabrica documentos da mesma maneira que fabrica a história.

É com este olhar teórico que pretendemos através deste trabalho, analisar como o Estado Novo foi abordado pela historiografia brasileira, na segunda metade do século XX e nessas primeiras décadas do atual centenário. Este período despertou o interesse tanto de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

historiadores, como também de pesquisadores de outras áreas científicas, sendo interpretado nos seus mais variados aspectos e examinado sob diferentes visões. Tudo isso, claro, marcado por interesses, disputas de poder e adaptações necessárias, conforme as inovações e ampliações do campo historiográfico que foram surgindo ao longo das décadas.

Tais disputas e interesses são perceptíveis tanto nos textos historiográficos, através dos temas escolhidos, como também na abordagem do período apresentada nas três coleções dos livros didáticos mais distribuídos do PNLD, em 2015, conforme demonstraremos no decorrer deste artigo.

METODOLOGIA

Quanto a metodologia utilizada neste trabalho, procuramos realizar uma revisão historiográfica referente ao Estado Novo, buscando perceber a carência de textos que se debruçassem sobre o aspecto educacional nessa fase, principalmente no que tange à relação entre a ditadura de Vargas e livros didáticos. Para tanto, nossa investigação percorreu por alguns trabalhos realizados na década de 1980, período marcado pela ampliação do campo de possibilidades da historiografia brasileira nos estudos relacionados a esse tema, os anos de 1990, fase onde aparecem de forma mais acentuada textos voltados para o Estado Novo, dando sequência por trabalhos que adentraram já nas primeiras décadas do século XXI.

Realizamos também, uma pesquisa inicial no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, com o objetivo de abrangermos nossa investigação em torno da busca de trabalhos que relacionassem Estado Novo – Educação – Livros Didáticos. Nesse primeiro momento, procuramos apenas fazer um levantamento preliminar do número de teses, dissertações e artigos, confeccionados nos últimos vinte anos, a partir de filtros diferenciados, procurando perceber se ainda é recorrente a carência de textos sobre esse tema.

Por fim, verificamos como funciona o Programa Nacional dos Livros Didáticos (PNLD), apontando sua relevância e contribuição para a educação no Brasil. Além disso, analisamos, ainda de maneira sintética, as três coleções mais distribuídas do PNLD 2015, demonstrando como foram estruturadas e assinalando algumas impressões iniciais que tivemos sobre o conteúdo referente à chamada Era Vargas, que engloba, nesse sentido, o Estado Novo.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DISCUSSÃO E RESULTADOS

Criado em 10 de novembro de 1937, pelo presidente Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954), o Estado Novo foi analisado por historiadores, sociólogos e cientistas políticos, principalmente na década de 1980. Marcado por um perfil centralizador, nacionalista e autoritário, esse período conquistou o interesse de pesquisadores que tentaram compreendê-lo não somente em seus aspectos políticos e econômicos, como também, de forma mais recente, cultural.

Diante disso, o regime estadonovista foi interpretado durante algumas décadas pela historiografia brasileira como a culminância do processo “revolucionário”, iniciado em outubro de 1930, quando Vargas conseguiu depor o governo de Washington Luís. Nos anos 30 do século XX, a história política brasileira atravessava um período de forte instabilidade e intenso debate. Havia uma preocupação em torno do estabelecimento da democracia, do sistema Liberal, da ditadura militar e sobre o desprestígio da política.

Marilena de Souza Chauí, prefaciando a obra *1930: o silêncio dos vencidos*, escrita por Edgar de Decca, em 1981, afirmou que o termo “Revolução de 30” começou a ser repensado na década de 1980 sob a seguinte ótica:

“Revolução de 30” é um dispositivo ideológico para ocultar a luta de classes durante e após esse momento histórico, graças ao discurso, à prática e a memória do vencedor, elevados à condição de memória histórica. Esta generaliza o passado para toda sociedade brasileira, fornecendo a representação de uma “revolução” una e única (DECCA, 1984, p. 16).

Chauí ainda assegurou que para ser desconstruída a ideia de “revolução”, fazia-se necessário “dar voz aos vencidos”, à classe excluída que não teve o direito de participar dessa memória coletiva. Paralelamente a isso, era preciso desvendar a maneira como o vencedor produziu a representação da sua vitória, mas sobretudo, mostrar como a própria prática dos vencidos participou dessa construção, deixando-a se erguer (DECCA, 1984, p.17).

Ainda sobre as questões em torno do termo “Revolução”, Vavy Pacheco Borges, refletiu em seu texto *Anos Trinta e Política: História e Historiografia*, publicado originalmente em 1998, a respeito de como a historiografia tratou os anos 1930, em como Vargas tentou contrapor um “novo sistema”, a um “velho modelo” de República a partir do estabelecimento do Estado Novo. Ela também buscou compreender se este período marcou uma época de ruptura ou continuidade e se o conceito de revolução foi adequado ao momento.



De acordo com Borges, a Revolução de 1930, culminando com o estabelecimento do Estado Novo, constituiu, sem dúvida, num momento de ruptura sob o ponto de vista da história das instituições políticas (BORGES, 2012, p.160). Ela ainda acrescentou que tal perspectiva contribuiu para a reconstituição de um percurso único e linear dos acontecimentos, em detrimento de uma pluralidade no campo das possibilidades históricas.

A década de 1980 assinalou mudanças no que diz respeito ao olhar historiográfico diante dos desdobramentos referentes à década de 30 e, principalmente, em relação ao Estado Novo. Trabalhos como os de Aspásia Camargo, Gerson Moura, Luciano Martins e Ângela C. Gomes, foram inovadores no ponto de vista interpretativo desse período. As forças populares passaram a ocupar um lugar de destaque na análise dessa fase, antes centrada somente na atuação do Estado; os conflitos no interior das elites contrapondo-se a ideia de unicidade entre elas se tornaram também objeto de reflexão e, por último, questionamentos em torno da ruptura imprimida pelos anos 1930.

Mediante essa reinterpretação a respeito dos anos 1930, podemos refletir não somente como a historiografia foi reajustando suas análises em relação ao período, mas também, conseguimos elaborar indagações no sentido de como os historiadores, marcados então por um novo paradigma, descreveram e ainda descrevem esse momento político nos livros didáticos. Através da nossa própria experiência enquanto discente no ensino médio, já percebemos que houve uma certa discrepância entre as análises historiográficas a partir dos anos 80, permeadas por mudanças expressivas quanto aos conceitos e personagens históricos e a aplicação da mesma nos livros didáticos.

Dito de outra forma, percebemos um afastamento entre o discurso acadêmico e o conteúdo ensinado em sala de aula. Diante disso, nosso objetivo é verificar se tal prática ainda é recorrente no século XXI e, em caso afirmativo, buscamos compreender os motivos que direcionam os historiadores a exercerem essa postura ambígua.

Edgar de Decca, em seu trabalho realizado ainda na década de 1980, já havia interrogado a respeito das relações de poder que permearam os enunciados dos temas propostos pelos discursos produzidos na universidade. Ele afirmou que a repetição na escolha dos mesmos temas por parte da historiografia à época, sem questionar o tema enquanto tal, aceitando a construção histórica que referenda a explicação dos fatos como marcos definidores, sem a elaboração de uma crítica e de uma interpretação que contemplasse os mais variados aspectos em torno do tema, constituiu numa tentativa de legitimar o saber dominante



como único espaço possível ao exercício intelectual e permanecer dentro dos parâmetros pré-estabelecidos pelo grupo (DECCA, 1984, p. 38, 39).

Na nova camada de interpretações para o regime, Maria Helena Capelato, em seu texto *Estado Novo: Novas Histórias*, publicado originalmente em 1998, considera que o Estado Novo constituiu-se num tema de especial interesse principalmente para os que se dedicaram ao estudo dos aspectos políticos e culturais dessa fase. Embasando-se no levantamento das dissertações e teses dos Cursos de Pós-Graduação em História, realizadas entre 1980-1995, ela apontou autores que se preocuparam em tocar no aspecto educacional referente ao Estado Novo.

Os trabalhos indicados foram o de Helena Maria Bousquet Bomeny, que apresentou em uma das suas obras o título *Política e educação em regime autoritário: a questão do livro didático*, durante os anos de 1980; o trabalho de Vanda Maria Ribeiro Costa, também escrito na mesma década – *Educação e política no Estado Novo: a reforma do ensino secundário de 1942*; e a Dissertação de mestrado de Luiz Reznik - *Tecendo o amanhã (a história do Brasil no ensino secundário: programas e livros didáticos. 1931 a 1945)*, esta, sendo apresentada ao Departamento de História da UFF já nos anos 1990.

Ainda assim, conforme observamos, os trabalhos voltados para a educação mencionados por Capelato, são reduzidos a apenas algumas publicações. De acordo com a autora, “esses trabalhos, além de mostrarem o caráter político-ideológico da educação no período, permitem compreender a transformação do processo educacional e dos instrumentos pedagógicos em arma de propaganda do regime” (2012, p. 195).

Contudo, insistimos ainda com a seguinte indagação: a proposta desses autores nos trabalhos indicados contemplaram o Estado Novo enquanto regime retratado pelos livros didáticos? Em caso positivo, como o período foi descrito nos livros didáticos entre as décadas de 80 e 90, época da publicação das obras citadas? Esses são alguns questionamentos que carecem de respostas e problematizam o enfoque educacional dado ao Estado Novo.

Seguindo uma metodologia semelhante à de Maria Helena Capelato, nós realizamos um levantamento preliminar no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, buscando trabalhos que relacionassem Estado Novo - Educação - Livros Didáticos. Nossa procura abarcou os anos de 1997 a 2016, numa tentativa de ampliar o recorte temporal estipulado por



Capelato à época, a fim de identificar se ainda é recorrente a carência de textos referentes ao período estadonovista com esse tipo de perspectiva.

Assim, foram encontrados até o momento, 39 trabalhos que abordaram o tema educacional ligado ao Estado Novo, sendo que 7 deles, possuem o foco na relação entre a ditadura de Vargas e os livros didáticos. Nossa pesquisa foi feita a partir de filtros diferenciados, no sítio CAPES, entre os anos de 1999 e 2015. No entanto, na catalogação destes trabalhos, não encontramos ainda algum texto que abordasse a descrição do Estado Novo ou da chamada Era Vargas, nos livros didáticos atuais.

Outra observação importante, é que a maioria desses trabalhos pertencem a autores ligados a universidades do Sudeste e Sul do Brasil, contando com o registro de apenas 1 artigo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e nenhum da região Nordeste. Além disso, encontramos ainda 2 trabalhos da Universidade do Porto (FLUP). Verificamos também, a presença maior de trabalhos nos Programas de Pós-Graduação em Educação, perfazendo o total de 19 textos, seguido por História, com 16 trabalhos e os demais, nas áreas de Economia, Saúde Pública, Ciência Política e Ciências Sociais, com 1 trabalho de cada.

Portanto, embora ainda seja precipitado de nossa parte, afirmarmos que existe a recorrência de poucos trabalhos que toquem no aspecto educacional do período estadonovista, já podemos notar, pelos dados apresentados, ao menos uma carência tanto por parte da historiografia, como também na área da educação, de trabalhos sobre Estado Novo e livros didáticos, haja visto a importância que esse suporte educacional sempre teve no cotidiano escolar, como instrumento pedagógico.

Será que os resultados das transformações e inovações na historiografia, implementadas nos anos de 1980, com a ampliação do campo de possibilidades nos estudos referentes ao Estado Novo não constituíram em combustível para o aumento de trabalhos voltados para esse tema? E quanto ao conteúdo desses livros? As novas perspectivas estão presentes nas coleções dos livros didáticos atualmente?

Esses questionamentos estão presentes no nosso estudo. Contudo, no momento, tentaremos responder de maneira ainda sucinta, por conta da pesquisa ainda encontrar-se em andamento. Para tanto, apresentaremos brevemente o Programa Nacional do Livro Didático, o panorama geral das coleções do PNLD 2015 e algumas observações iniciais do conteúdo referente ao Estado Novo.



O QUE É O PNLD?

Considerado uma das mais importantes ações governamentais brasileiras no campo educacional, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é desenvolvido pelo Ministério da Educação e possui o objetivo de garantir aos estudantes da rede pública de ensino do país o acesso a obras didáticas de qualidade reconhecida. A distribuição das obras pelo PNLD tem caráter universal e gratuito. Deste modo, buscando disponibilizar obras adequadas ao trabalho pedagógico, as coleções de livros são submetidas a escrutínio por equipes de especialistas.

Devido às proporções da iniciativa, o PNLD engloba uma engrenagem complexa. A sua execução é compartilhada entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que trata da aquisição e distribuição dos livros e a Secretaria de Educação Básica (SEB), responsável por coordenar e supervisionar todo o processo de avaliação pedagógica das obras inscritas nos editais lançados pelo Programa e, a partir dos resultados ali obtidos, confeccionar o Guia de Livros Didáticos para cada uma das áreas de conhecimento e níveis da educação básica contemplados.

Diferente de outras ações governamentais, o PNLD, graças à legislação que o ampara, é menos susceptível a mudanças bruscas resultantes de alternâncias na Presidência da República. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/96, é dever do Estado garantir o atendimento ao aluno matriculado no ensino fundamental das instituições públicas, inclusive no que se refere ao material didático-escolar, obrigação esta viabilizada a partir de programas suplementares (BRASIL, 1996).

A efetivação do que pede a LDB é viabilizada pelo disposto na Portaria Ministerial n.º 82, de 20 de janeiro de 2000, que estabelece que um intervalo de três anos entre as avaliações pedagógicas dos livros destinados a cada nível da Educação Básica, exame este a ser realizado MEC, no âmbito do PNLD e através da SEB. Para realizar essa ação, a SEB tem permissão para firmar parcerias com instituições públicas ou entidades sem fins lucrativos de reconhecida competência no ensino e na pesquisa nas áreas de especialidade referentes a cada avaliação pretendida e descentralizar o processo avaliativo (OLIVEIRA, 2007).

A celebração destes convênios é justificada pelo fato de que, além de atender a uma demanda do MEC, fornecendo suporte qualificado na análise dos materiais didáticos submetidos aos editais PNLD, as parcerias com essas instituições tendem a estimular o desenvolvimento de ações voltadas para a avaliação do livro didático. Assim como o interesse da pesquisa universitária sobre o tema, a ampliação da *expertise* no campo do ensino e dos materiais didáticos, o intercâmbio de conhecimentos entre a Secretaria de Educação Básica e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

instituições parceiras, além da melhoria contínua do processo de avaliação e seleção de materiais didáticos.

A parceria com essas instituições tem como objetivo estimular o desenvolvimento de ações voltadas para a avaliação do livro didático, bem como impulsionar o interesse da pesquisa universitária sobre o tema, a troca de conhecimentos entre a Secretaria de Educação Básica e essas instituições, assim como o aperfeiçoamento permanente do processo de avaliação e seleção de materiais didáticos.

O edital 2015 do PNLD foi destinado a obras para os alunos do Ensino Médio. No caso da área de História, foram aprovadas para constar no Guia do Livro Didático 19 coleções, sendo que cada uma delas consta de 3 livros do aluno e 3 manuais do professor. Para nossa pesquisa, recortamos aquelas que foram mais adquiridas, isto é, aqueles conjuntos de obras que chegaram a mais alunos e professores do Brasil. A seguir apresentamos uma descrição destas coleções.

AS COLEÇÕES DO PNLD 2015

. História, Sociedade & Cidadania: (Editora FTD, 2013) – Alfredo Boulos Júnior

Destacando-se como a coleção mais distribuída entre as três que iremos citar, com cerca de 1.385.765 obras vendidas por coleção, incluindo o livro do aluno e manual do professor, os conteúdos de cada volume desta coletânea estão congregados em unidades temáticas introduzidas por uma página dupla, acrescidas com imagens e textos. Os temas seguem uma linearidade cronológica, entremeando assuntos ligados à História Geral com os da História do Brasil, investindo numa abordagem política e econômica (Cf Guia de Livros Didáticos PNLD 2015: ensino médio – História).

. História Global Brasil e Geral – (Editora Saraiva 2ª edição, 2013) - Gilberto Cotrim

Assumindo a segunda colocação no ranking das coleções mais distribuídas em 2015 do PNLD, perfazendo o total de 997.744 obras, contendo manual do professor e livro do aluno, esta coleção, semelhantemente à primeira, organiza também cronologicamente os conteúdos históricos, entremeando aspectos das Histórias da Europa, América, África, Ásia e Brasil, tomando como ponto de partida o recorte social e político-econômico. Apesar disto, o tempo cronológico, a linearidade dos acontecimentos e as análises do ponto de vista político-econômico, são rompidos nas seções, nos boxes e nos exercícios correspondentes que, como ponto forte da obra, oferecem propostas no intuito de levar ao aluno a obter uma melhor



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

compreensão histórica e procurando manter um diálogo interdisciplinar (Cf Guia de Livros Didáticos PNLD 2015: ensino médio – História).

. **História: das Cavernas ao Terceiro Milênio** – (Editora Moderna 3ª edição-2013) – Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota.

Por último, apresentamos a terceira coleção mais distribuída do PNLD 2015, com 821.104 obras vendidas. Esta coletânea adota uma ordem cronológica, linear e evolutiva dos processos históricos, partindo de uma periodização europeia, interpolando conteúdos da História Geral, da História da América e da História do Brasil. Sua maior característica é utilizar uma multiplicidade de fontes para tratar dos diversos sujeitos históricos, na promoção da cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o Estado Novo e o seu líder aparecem nos livros didáticos brasileiros? Como a experiência ditatorial liderada por Getúlio Vargas é abordada nos conteúdos para o Ensino Médio da área de História? Diante do exposto, a partir do panorama geral das coleções citadas acima e numa análise sintética do conteúdo sobre o Estado Novo, já podemos verificar, ainda que de forma preliminar, visto que nossa pesquisa encontra-se em andamento, um comportamento semelhante entre os autores dos livros didáticos e dos historiadores nos trabalhos de historiografia mais tradicionais.

Embora, por exemplo, sujeitos como as mulheres, negros e os indígenas, antes descritos como agentes passivos na história, nesse momento, ganharam destaque como personagens relevantes e mobilizadores, trazendo uma perspectiva, de certa forma, de uma “história vista de baixo”, conforme os padrões da nova historiografia e atendendo ao que dispõem leis como a 10.639/2003 e 10.645/2008 – que abordam sobre o ensino das histórias e culturas indígena e afrodescendente respectivamente-, notamos paralelamente uma continuidade em tratar de certos temas sob um viés mais tradicional, privilegiando análises sob o ponto de vista político e econômico, em detrimento do cultural.

Notamos também a permanência do uso de termos como “Era Vargas” e “nazifascismo”, reduzindo um período, ou podemos chamar períodos, cheio de detalhes e peculiaridades, como foi o caso do governo de Getúlio Vargas composto por várias fases, isso sem contar com uma tentativa talvez “inconsciente” por parte dos historiadores que confeccionaram as obras, de supervalorizar um momento político ou marcar na memória. Já



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

no caso do termo nazifascismo, não existiu uma preocupação em distinguir ideologia e partido político, colocando os dois no mesmo parâmetro, como se fossem um único conceito.

Verificando esses problemas iniciais, nos deparamos com um seguinte questionamento: Porque existem disparidades entre o que é descrito nos livros didáticos quanto aos conteúdos históricos e no que aprendemos na universidade, uma vez que muitas destas obras são escritas pelos próprios historiadores e professores acadêmicos? Além disso, no decorrer da pesquisa, pretendemos ainda analisar de maneira mais aprofundada, como a chamada “Era Vargas”, ainda apresentada como se fosse algo homogêneo e linear, em especial o Estado Novo, consta nessas três coleções do PNLD mais distribuídas em 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Raquel Anne Lima de. **OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS, UMA DIGITAL HISTORY DA II GUERRA MUNDIAL**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015. Monografia de conclusão da Licenciatura Plena em História.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: História e Historiografia. In. **Historiografia Brasileira em Perspectiva/** (Org.) FREITAS, Marcos Cezar de. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In. **Historiografia Brasileira em Perspectiva/** (Org.) FREITAS, Marcos Cezar de. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DECCA, Edgar Salvadori de. **1930: o silêncio dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MAYNARD, Dilton C.S., MOURA, Luyse. **APONTAMENTOS SOBRE HISTÓRIA DIGITAL: A INTERNET NOS LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD, 2015**. Labirinto. REVISTA LABIRINTO, ANO XVI, VOL.24, N.1 (JAN-JUN), 2016, p. 1-20.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias; STAMATTO, Maria Inês Sucupira (org.). **O livro didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.



LIVROS DIDÁTICOS

JÚNIOR, Alfredo Boulos. **História Sociedade e Cidadania**. Coleção Tipo 1. Editora: FTD, 1.ed. 2013.

COTRIM, Gilberto. **História Global – Brasil e Geral**. Coleção Tipo 2. Editora Saraiva, 2.ed. 2013.

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História – Das Cavernas Ao Terceiro Milênio**. Coleção Tipo 1. Editora Moderna, 3.ed. 2013.

DECRETO-LEI

BRASIL, Lei de Diretrizes e B. **Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

Lei nº 10.639/2003 – Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

Lei nº. 11.645/2008 – “Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O